

Editorial

EFEITO
DA RESSACA

Professores de vários Estados brasileiros estão em greve. Também estão parados os docentes de muitas cidades. O fato antecede os cortes no Orçamento feitos na semana passada pelo governo, atingindo a educação, e não teria, aparentemente, relação com eles.

Mas tem. A situação da educação já é ruim no país, como demonstram tantas greves ao mesmo tempo, e a tendência é piorar ainda mais nos próximos anos. Apesar dos cortes, a educação ficou com um orçamento alguns bilhões acima do mínimo constitucional.

O governo diz que foram preservadas as prioridades e que serão mantidos os programas principais. No entanto, como já tinha ocorrido antes com o Fies, o Pronatec, uma das bandeiras da campanha pela reeleição, também foi sacrificado pelas medidas de economia.

Neste seu segundo mandato, a presidente está sendo obrigada a se contradizer, a todo o momento, pela realidade que escondeu durante a campanha eleitoral. O governo sabia com certeza que o que apresentava ao eleitorado na ocasião não era a verdade.

Seus marqueteiros, sabendo do apelo poderoso que a educação exerce sobre a opinião pública, criaram o slogan de “pátria educadora” para faturar em cima dos supostos royalties do petróleo. A realidade, no entanto, tratou de desmanchar rapidamente a promessa.

Em vez de mais recursos, menos dinheiro para a educação. Estados e municípios se ressentem, desde o primeiro mandato, da política de desonerações do governo federal. As greves atuais são a consequência do esfrelamento de um sistema que deveria ser prioritário.

Sem aulas, os estudantes temem pelo seu futuro. Estão perdendo um tempo precioso de suas vidas e que será decisivo quando se submeterem ao Enem. A televisão mostrou, nesses dias, alunos tendo aulas improvisadas num “hall” de edifício, em vez de numa escola.

As greves são um dos efeitos da ressaca, que promete ser longa e desagradável.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlon Aredes
Magazine: Silvana Mascagna
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Marina Schettini
Primeira: Frederico Duboc
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica
fatimaoliveira@ig.com.brUma visão bioética de tratamento
fora de domicílio no SUS

Como uma ordem judicial, não é para ser discutida, mas cumprida

Para a bioética, a ética da vida, nenhum governo “gasta” com a saúde, seja em prevenção ou na assistência a doenças. Em ambas, realiza investimento – parâmetro ético na atenção à saúde.

Hoje, até em países onde a atenção não tem a universalidade como eixo, como no Brasil pós-SUS, está no imaginário coletivo que “saúde não tem preço”. Está correta a percepção, embora os recursos da saúde pública sejam finitos.

Mesmo assim, um gestor do SUS alegar altos custos públicos do tratamento de alguém é o caminho mais curto para cair em desgraça; e não é real, como demonstra o que chamo de “lei da compensação”, do bioeticista Daniel Callahan: “Se para algumas pessoas uma aspirina resolve suas doenças, outras necessitam de transplantes de órgãos”.

Quem personifica o SUS é o governo local (municipal e estadual). Exceto nas capitais, quando há um doente grave e naquele lugar não há recursos, a família bate, literalmente, na porta do prefeito. E prefeito não nega transportar doente para a capital. E lava as mãos! Na hora de “nossa morte, amém”, comparece com arremedos de ambulâncias. E posa de bom: ali ninguém morre à míngua, só na estrada! A “ambulancioterapia” dificilmente acabará, porque ela é o salvo-conduto do prefeito nas eleições.

Para quem considera dinheiro aplicado na saúde um “gasto”, é infinitamente mais barato desovar ambulâncias, vans e micro-ônibus nas capitais do que manter uma rede básica de qualidade e fazer a coisa certa, que é emi-

tir uma guia de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) – um direito do doente se onde ele mora não há recursos: tratamento de média e/ou alta complexidade eletiva.

O TFD assegura, além do transporte, marcação de consulta e/ou vaga hospitalar e acompanhante, se necessário, com diárias – normatizado desde 1999 e pago integralmente pelo SUS. A guia de TFD é emitida para outra cidade, seja no Estado-domicílio ou em outros que ofereçam o tratamento. Desde o momento em que o médico solicita o TFD, o res-

É mais barato desovar ambulâncias nas capitais do que manter uma rede básica de qualidade e fazer a coisa certa, que é emitir uma guia de TFD

ponsável pela vida do doente é o governo, seja municipal ou estadual.

TFD é uma “ordem médica sobre uma vida em risco”. E tal qual uma ordem judicial, não é para ser discutida, mas cumprida! Muitas prefeituras proíbem a sua emissão – o que obriga muitos médicos à apelação covarde de mandar o doente perambular: “Procure outra cidade, aqui não há mais recursos”. Sem lenço e sem documento!

O outro lado de fazer valer o “saúde é direito de todos e dever do Estado” vem sendo utilizado pela classe média e até por ricos, que se internam por conta própria em hospitais privados e mandam a conta para o governo do seu Estado pa-

gar – atitude que encontra guarida na judicialização da saúde, às vezes necessária, mas pode abrigar injustiças e abusos, configurando-se como dupla porta de acesso a TFD!

Aceito e defendo que o juiz deve julgar segundo a sua consciência, mas ela deve estar informada de como a “roda gira”, isto é, à luz das leis e outras normatizações existentes. Se o Tratamento Fora de Domicílio é acessado via emissão de guia específica, deve ser assim igualmente para todo mundo.

Se não há guia de TFD, é justo responsabilizar o governo por algo que nem sequer sabia? É um bom debate. Diante do que tenho, a opinião é que as secretarias de Saúde deveriam manter uma consultoria permanente em bioética para auxiliar na mediação dos conflitos e das “espertezas” de má-fé, porque, para a imensa maioria do nosso povo, “abaixo de Deus, o SUS”!

